



## **CARTA ABERTA AO MINISTÉRIO DE MEIO AMBIENTE**

**Excelentíssima Sra. Ministra do Meio Ambiente  
Isabella Teixeira**

Nas últimas três edições do Congresso de Ecologia do Brasil, os pesquisadores apresentaram sínteses do conhecimento sobre as causas e as conseqüências do desmatamento em território brasileiro. Destacaram as providências que estão sendo ou que deveriam ser tomadas tanto pelas Instituições quanto pelo Governo, os quais têm a responsabilidade de evitar, controlar, monitorar e punir desse crime ambiental.

Os pesquisadores indicaram as estradas, a formação de pasto e a monocultura como os principais indutores do desmatamento em território nacional, cuja atuação está estreitamente ligada ao modelo de desenvolvimento utilizado para o Brasil. As estradas, legal ou ilegalmente construídas, estão estimulando a abertura de novas áreas e acessos para o interior de territórios que deveriam ser protegidos. Isso vem facilitando a entrada do gado, de pequenos agricultores e da monocultura extensiva, e permitindo a entrada de extrativistas ilegais de madeira. Em relação à Amazônia, foi evidenciado o impacto da rodovia BR 319 (Manaus–Porto Velho). Deveria haver propostas públicas alternativas e baseadas em planejamento para tal. Concluiu-se que um grande impasse para o desenvolvimento de uma proposta que envolva transporte fluvial é a situação precária do porto de Manaus.

Os pesquisadores destacaram o proeminente papel das monoculturas, principalmente a soja e as espécies relacionadas aos biocombustíveis, na condução do desmatamento no Brasil. O uso do fogo para a abertura de extensos campos agrícolas é um outro impacto, gerando perdas de biodiversidade e fertilidade dos solos.

Hoje se discute muito sobre mudanças climáticas, mas muitos esquecem que um papel primordial de nossas florestas é a contribuição na diminuição do efeito estufa. Os pesquisadores citaram que há um grande número de evidências de que emissões antropogênicas estão crescendo e elevando a temperatura. Os riscos para a vida e para as atividades humanas ficariam significativamente reduzidos se o aumento da temperatura não ultrapassasse 2°C acima da média pré-industrial. A maior parte da emissão brasileira vem do desmatamento. Então, para nosso país, um dos melhores potenciais de redução de emissão de CO<sub>2</sub> vem da decisão em evitar o desmatamento. O governo brasileiro precisa entender a importância desses dados e estar atento a esse e aos vários outros serviços ambientais, de caráter nacional e internacional, que a conservação e uso racional das formações vegetais nos proporcionam.



Os pesquisadores revelaram que, entre os biomas brasileiros, a savana representa o grande problema nacional em termos de conservação, sem áreas representativas em termos de unidade de conservação. Apesar disso, os remanescentes estão sendo, legal ou ilegalmente, dizimados. Em relação à autorização legal é bom lembrar que “dentro de uma floresta há muitas florestas”, ou seja, muitas autorizações para o desmatamento justificam-se porque os tomadores de decisão acreditam na perda de uma pequena fração do todo, mas na verdade não estamos sabendo quais, dentre as fisionomias que integram o todo da floresta, estão sendo perdidas, se parcial ou totalmente. A mesma consideração pode ser estendida para os outros biomas brasileiros, onde a falta de conhecimento sobre a complexidade e a biodiversidade está levando à perda completa de alguns tipos fisionômicos de vegetação. Foi relevado que os tomadores de decisão devem passar a considerar, além da questão estrutural das paisagens naturais, as questões geográficas (como tomar decisões distintas para os cerrados do norte, nordeste e sudoeste), funcionais (como considerar a importância do papel das queimadas para a manutenção do cerrado), de interface entre ecossistemas (como tomar decisões distintas para cada tipo de interface), e de dependência das condições do entorno (como gerenciar particularmente o entorno para conservação do Pantanal).

Apesar de os atos legais brasileiros retratarem o contrário, o modelo de desenvolvimento brasileiro conduz e induz ao desmatamento, esquecendo que esse caminho resulta em mudanças desvantajosas para o próprio homem, afetando os serviços ambientais como: alterações nos ciclos da água, do nitrogênio e do carbono; perda de energia radiativa; alongamento dos períodos secos; maior incidência de tempestade e menor quantidade de chuva; perda de capital de nutrientes e do equilíbrio nutricional; erosão e compactação do solo com perda de qualidade e quantidade; perda de biomassa microbiana; assoreamento e eutrofização de nossos rios.

Outra questão citada como fundamental para a diminuição do desmatamento e conservação dos ecossistemas brasileiros é que nossos biomas se estendem além de nossas fronteiras e, portanto, não é um problema exclusivo do governo brasileiro. É necessária a constituição de uma política internacional, que observe o domínio vegetacional e não somente trechos dele, bem como a aplicação do conceito de bacia hidrográfica como unidade de gestão.

Os pesquisadores ressaltaram que a atual situação da perda de cobertura vegetal natural conduz à necessidade de restauração ou recuperação em diversas partes do país. Porém, restaurar significa custos bem mais elevados do que uso racional e conservação ambiental. As alternativas propostas devem ter alta confiabilidade e baixo risco. Não se podem repetir erros e, portanto, é importante aprender com os erros do passado e com a



experiência internacional. Avaliar os antigos planos, seus objetivos e suas conseqüências, ou procurar entender a dinâmica de sistemas tradicionais de uso da terra poderá ajudar nesse processo.

Evitar o desmatamento, permitir a recuperação da vegetação natural ou optar por restauração depende, substancialmente, do fortalecimento das instituições brasileiras relacionadas à área ambiental e da revisão das políticas públicas. Os atuais esforços em deter o desmatamento pouco representarão se o modelo de gestão governamental permanecer o mesmo, com projetos particularizados, regionalmente desintegrados, desenhados por interesses individualizados, sem inserção em planejamentos regionais e sendo aplicados agressivamente, sem medidas das conseqüências ou avaliações concretas do cenário futuro. O modelo deve basear-se em ciência e tecnologia e deve ser fortalecido pela pesquisa, diferentemente do modelo atual, cujo planejamento é insuficiente. É essencial que as instituições brasileiras invistam na ciência e tecnologia e a utilizam como forma de atuação política. É essencial estimular a pesquisa aplicada para, concretamente, apoiar as decisões governamentais e o povo brasileiro. É preciso que mais pesquisadores brasileiros pensem os biomas e os elementos naturais em um prisma de valores multidisciplinares – ecológicos, econômicos e sociais. É preciso saber globalizar nossos produtos, com agregação de valor. É preciso unir, efetivamente, a pesquisa às agendas de sustentabilidade local, privilegiando as regiões menos desenvolvidas. Além disso, é preciso um envolvimento mais contundente, orientado e adequado da população brasileira na construção de políticas públicas, cujos propósitos precisam ser adequados ou reajustados às preocupações atuais de proteção aos recursos naturais, de conservação ambiental e minimização da perspectiva de mudanças climáticas.

O debate aqui sumarizado levou a comunidade científica presente na última edição do Congresso de Ecologia do Brasil, realizada em São Lourenço–Minas Gerais, a sugerir que estas preocupações fossem encaminhadas ao Ministério de Meio Ambiente, acompanhadas de um conjunto de propostas que pudesse conduzir à solução dos problemas de maior vulto. A seguir, apresentamos as propostas para apreciação de V. Ex<sup>a</sup>.

Mui respeitosamente,

**Sociedade de Ecologia do Brasil**



## **A Sociedade de Ecologia do Brasil solicita ao Ministério de Meio Ambiente e demais órgãos de competência a:**

Proposta 1: Declaração de moratória relativa ao desmatamento de forma a impedir qualquer supressão de vegetação nativa, em todo o país, por cinco anos. Nesse período deverá ocorrer a definição de critérios científicos para tomada de decisão sobre autorização de desmatamento, definidos por região brasileira, de acordo com especialistas da área de conservação.

Razão da proposta: Impedir o avanço do desmatamento enquanto não houver uma base sólida de conhecimento para fortalecimento dos critérios de proteção dos ecossistemas e biomas brasileiros, além de propiciar uma parcela imediata de contribuição às mudanças globais.

Proposta 2: Criação de um programa alternativo de transporte de cargas para a Amazônia, que considere a revitalização e expansão do porto de Manaus, bem como o melhoramento do transporte fluvial por cabotagem, visando o escoamento e comércio de produtos.

Razão da proposta: Minimizar a abertura de estradas e facilitar o fluxo comercial e de pessoas por meio de um meio de transporte mais eficiente para a região. Fornecer uma alternativa para a proposta re-abertura da rodovia BR-319 (Manaus-Porto Velho), que pode conduzir à supressão de vegetação nativa e indução à ocupação desordenada.

Proposta 3: Reforço dos centros de ciência e tecnologia na região amazônica.

Razão da proposta: Promover pesquisa voltada ao atendimento das questões prementes da região e de sua população e trazendo o conceito da sustentabilidade em sua concepção.

Proposta 4: Criação de um programa de estímulo à experimentação em território brasileiro do modelo agrícola de reutilização de áreas abandonadas com vegetação secundária inicial e um programa de aplicação imediata de boas práticas agrícolas.

Razão da proposta: Minimizar, com essa prática, o desmatamento e o uso do fogo e melhorar a qualidade da produção com conservação ambiental.

Proposta 5: Criação de um programa de estímulo à implementação de sistemas agroflorestais, em substituição ao estímulo às monoculturas.

Razão da proposta: Minimizar, com essa prática, os efeitos negativos da monocultura sobre o solo e as água e sobre os ciclos naturais, ou seja, sobre o funcionamento ecológico, além de auxiliar na recuperação de sistemas arbóreos, que podem complementar o papel dos sistemas naturais.



Proposta 6: Proposição urgente de uma política de proteção e definição legal de unidades de conservação de proteção integral específicas para o bioma savana.

Razão da proposta: Proteger os últimos fragmentos representativos do bioma savana nas diversas regiões brasileiras.

Proposta 7: Intermediação entre países vizinhos, para criação de políticas internacionais que conduzam à conservação de biomas fronteiriços, como Amazônia, Pantanal e Cerrado.

Razão da proposta: Manter a integridade do sistema natural através das fronteiras.

Proposta 8: Criação de um programa voltado à “ciência da sustentabilidade”, dirigido à capacitação científica e tecnológica, com pesquisa aplicada e diretamente envolvida com a identificação e manejo dos valores, serviços e mercados dos recursos naturais, para e pelas regiões menos desenvolvidas no Brasil.

Razão da proposta: Aumentar as chances de manter a integridade do sistema natural por meio de práticas racionais de uso e ocupação do solo e água e promover as agendas de sustentabilidade de regiões menos favorecidas.

Proposta 9: Criação de um programa em nível nacional de qualificação globalizada, para tomadores de decisão e população, sobre critérios adotados para desmatamento, perda de biodiversidade, uso racional dos recursos naturais e conservação de biomas brasileiros.

Razão da proposta: Diminuir a distância entre o conhecimento científico, a falta de conhecimento e a tomada de decisão sobre o uso dos recursos naturais.

Proposta 10: Declaração de moratória relativa ao desmatamento na Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai (BAP), biomas Cerrado e Pantanal, por um período de cinco anos.

Razão da proposta: Minimizar o atual estado de degradação das sub-bacias formadoras do Pantanal Mato-grossense e racionalizar o uso dos seus recursos naturais.

Proposta 11: Criação de projetos de recuperação de áreas degradadas em APP (áreas de proteção permanente) e Reserva Legal durante a fase de moratória na BAP.

Razão da proposta: Minimizar o atual estado de degradação das sub-bacias formadoras do Pantanal Mato-grossense.

Proposta 12: Criação de incentivo fiscal ou outro tipo de compensação para os produtores rurais que conservam áreas além das APPs e Reserva Legal na BAP.

Razão da proposta: Minimizar o atual estado de degradação das sub-bacias formadoras do Pantanal Mato-grossense.



Proposta 13: Declaração de moratória para a implantação de Usinas Hidrelétricas e PCHs na BAP e alteração do regime de funcionamento das mesmas respeitando aspectos do funcionamento ecológico do sistema

Razão da proposta: Evitar a alteração do pulso de inundação dos rios no Pantanal que é o fenômeno essencialmente responsável pelas funções ecológicas do complexo de biomas do Pantanal.

Proposta 14: Declaração de estado de moratória, por um período de cinco anos, para novas solicitações de práticas de drenagem de solos em todo país.

Razão da proposta: Existência de solos com alta capacidade de estocar carbono e com isso proporcionar excelentes filtros iônicos, além de regularizar as funções hidrológicas da grande maioria das bacias hidrográficas.

Proposta 15: Congregação da comunidade científica para implementar, durante o período de moratória, normativas complementares que regem a preservação e conservação (uso racional) das áreas úmidas.

Razão da proposta: Minimizar o atual estado de degradação das áreas úmidas em nosso país e promover sua conservação.

**Sociedade de Ecologia do Brasil**  
**X Congresso de Ecologia do Brasil**  
**21 de setembro de 2011**  
**São Lourenço – MG**